

Crescimento de empregos formais atesta retomada do desenvolvimento na Engenharia Consultiva

Trabalhadores devem ficar vigilantes e exigir respeito a seus legítimos direitos

Com base na contribuição confederativa recolhida em 2005, levantamento feito pelo Sintcon-RJ mostra que o segmento de Engenharia

ria Consultiva emprega, no Estado do Rio, cerca de 6.500 profissionais com registro em carteira de trabalho. O número revela uma retomada do desenvolvimento no setor e mostra, também, que as empresas de consultoria sempre tiveram condições econômicas de formalizar as relações de trabalho, não o fazendo tão somente para aumentar seus (já imensos) lucros. Os trabalhadores devem ficar vigilantes e exigir o respeito a seus legítimos direitos.

Página 3



Brasil foi prejudicado na 7ª Licitação do petróleo

Página 3

Aumento do superávit fiscal prejudica ainda mais os trabalhadores

Página 4



Sintcon-RJ está de cara nova

O Sintcon-RJ passou por uma reforma em suas dependências visando proporcionar aos trabalhadores maior comodidade. Nesta reforma, ampliamos a sala de cursos e melhoramos bastante o nosso auditório, tornando-o mais confortável para transformá-lo o mais brevemente possível num pólo de eventos técnicos, culturais e políticos dos trabalhadores em consultoria e engenharia e projetos.

Não deixe para amanhã. Venha conhecer as transformações realizadas em nossa casa. Tão logo terminem as obras, divulgaremos a data da confraternização para saudarmos as novas instalações de nossa entidade.

O Sindicato é a casa do trabalhador do setor de projetos de engenharia no Rio de Janeiro.

Valter Campanato/ABr



Transposição São Francisco atende interesses do agronegócio

Ministro da Integração Nacional, **Ciro Gomes** (foto), que defende a transposição

Página 2

Argumentos contra a transposição do São Francisco

O problema não é a transposição, mas a concepção técnica e a realização da transposição. A grande questão é que os três temas mais relevantes não estão contemplados. O primeiro é a revitalização do rio São Francisco. Banco de sangue não aceita doação de doador anêmico. O rio está morrendo. O mar entrou 50km dentro do rio, já se pesca robalo, que é um peixe exclusivamente de água salgada, a 50 km da foz. Revitalizar é algo complicado, lento, não serve para palanque eleitoral. Precisa de um pacto nacional. Exige a recuperação dos mananciais, dos olhos d'água, das nascentes (são mais de dois bilhões de mudas de árvores a serem recuperadas), acertar a questão fundiária de quem está, hoje, instalado na área de preservação

permanente, a menos de 30 metros do rio. É um longo processo. A bacia do rio São Francisco abrange 450 cidades que, infelizmente, não contam com saneamento básico. Quem é que faz esse trabalho? É o velho Chico? O reservatório da Usina Hidrelétrica de Sobradinho foi transformado num imenso tanque de decantação. Sem ter essa finalidade, foi transformado na estação de tratamento de esgoto da bacia do São

Valter Campanato/ABr



Ministra Marina Silva, do meio-ambiente, que também não respondeu aos questionamentos sobre a transposição

Francisco. Se persistir tal fato, em breve a geração de energia elétrica tornar-se-á inviável.

O segundo é o acesso à água. Exatamente. A capacidade de armazenamento dos reservatórios do Nordeste brasileiro é de 37 bilhões de metros cúbicos de água. Teoricamente, a água já existe. O problema é que ela é mal gerenciada, mal tratada. Dado a politicagem, com a concessão desordenada e inconseqüente de outorgas, esse manancial torna-se restrito a uma pequena parcela da população. Em tese, os reservatórios existentes, se fiscalizados com o devido

rigor, poderiam suprir a demanda de água do semi-árido.

O problema do Nordeste não é a fome, é a falta de acesso à água. A cruel realidade apresenta uma série de

comunidades ribeirinhas "recebendo" água de carro pipa, próximo à linda área verde, cercada, produzindo melão, uva, maçã, para exportação. Depois da cerca anda-se quilômetros só vendo casinhas de taipa e nenhuma infra-estrutura. Então o acesso à água é o grande problema. Mas isso pressupõe capital, investimentos, direitos de cidadania e regularização fundiária.

A transposição é o megaprojeto que beneficia poucos, porém impor-



Presidente Lula não debateu projeto com a sociedade

tantes, como as empreiteiras e o agronegócio. O projeto governamental aponta três transposições diferentes, em cascata. Primeiro a do rio São Francisco; daqui, de três a cinco anos, a transposição do rio Tocantins para o São Francisco; e daqui a dez anos, a transposição do rio Tocantins para o Parnaíba. O projeto não apresenta argumentos técnicos que esclareçam algumas questões como:

- Transpor águas do rio Tocantins para o São Francisco é uma grande incógnita,

pois se trata de biomas diferentes. Vai se gerar um processo que terão elementos de um bioma sendo instalados em outro. Não há estudos que apontem o que pode ocorrer. O Tocantins é um rio amazônico, com um regime de chuvas de monção, seis meses com muita chuva. O período de cheia do Tocantins coincide com a seca do Nordeste, porém é um bioma diferente do São Francisco.

- As principais nascentes do rio São Francisco encontram-se no cer-

rado. Quando se avança para o cerrado, vai se desmatando e esgotando as nascentes. Vão matando os olhos d'água e tirando a capacidade de recarga da bacia do São Francisco.

- O terceiro é a questão do modelo de desenvolvimento. A solução para a bacia do São Francisco, para o nor-

deste semi-árido é o agronegócio exportador? A solução para o grave problema social acesso à água resolver-se-á com projetos exclusivos que beneficiam poucos? Fazer a transposição tal

qual aponta o projeto, não resolve o problema de acesso à água, pois visa levar água basicamente para os reservatórios. Os grandes reservatórios, como Castanhão no Ceará, ou atendem a áreas urbanas ou ao agronegócio. A produção irrigada, certamente, não pertence ao micro e pequeno produtor rural. Estes como centenas de milhares que, ainda, resistem no semi-árido, continuarão tendo como perspectiva o flagelo e/ou, a peregrinação para a miséria nas periferias urbanas dos grandes centros.

A bacia do rio São Francisco abrange 450 cidades que, infelizmente, não contam com saneamento básico



SINTCON
Sindicato dos Trabalhadores em Consultoria de Engenharia e Projetos no Est. do Rio de Janeiro

Jornal de responsabilidade da diretoria colegiada do Sindicato dos Trabalhadores em Consultoria de Engenharia e Projetos no Estado do Rio de Janeiro.

Rua Álvaro Alvim, 37 - sala 505 - Tel:(021) 2240-6328 e 2240-7914/Fax: 2262-5587

- e-mail: sintcon@brfree.com.br - Os artigos assinados não emitem necessariamente a opinião da diretoria do SINTCON.

Edição: André Luis Pelliccione (Mtb.19.301)

- Diagramação e editoração eletrônica: Carlos Soares (Mtb. 16.993)

Cresce número de empregos formais na Engenharia Consultiva

Um balanço realizado pelo Sintcon-RJ, com base no recolhimento da contribuição confederativa em 2005, aponta que o segmento de Engenharia Consultiva emprega, no Estado do Rio de Janeiro, cerca de 6.500 profissionais com registro em carteira de trabalho. Este resultado, comparado ao dos últimos anos, revela que o segmento econômico atravessa uma fase de retomada de desenvolvimento, situação que difere dos anos 70 e 80 do século passado, quando as grandes empresas do setor empregavam, em média, mais de 2.000 profissionais com registro em carteira de trabalho.

Hoje pode-se afirmar que, independente do tipo de serviços prestados, uma empresa é considerada de grande porte quando emprega formalmente mais de 100 profissionais e/ou, para intransigência dos trabalhadores, quando possui uma carteira de serviços que opera com mais de 150 profissionais terceirizados.

Um dos fatores que mais contribui para a volta dos empregos formais no setor é a postura assumida pela Petrobras – maior contratante de serviços da engenharia consultiva no Rio de Janeiro – em relação à subcontratação irregular de



profissionais por parte das empresas só a preocupação com a qualidade desses serviços, mas também com os profissionais que executam.

Infelizmente para os trabalhadores, no setor de geração de energia elétrica as empresas contratantes ainda não se preocuparam em regulamentar os serviços prestados pelas contra-

Cerca de 6.500 profissionais com registro em carteira de trabalho

tadas. Neste segmento, ainda persistem as empresas de engenharia consultiva que operam com a informalidade. São centenas de profissionais que alocam sua capacidade técnica sem o mínimo de segurança. São “cooperativados”, “pessoas jurídicas”, que trabalham sem saber o que ocorrerá no dia seguinte.

A nova conformação das empresas do setor, entre grandes e médias (com 50 ou mais empregados formais), merece destaque: Technip Engenharia; Forship Engenharia; Projemar; Sondotécnica; Concremat; Guimar; Planave; IESA; WRC Engenharia; Marte Engenharia; GMZ Engenharia e GT Serv.Engenharia – estas com mais de 100 profissionais formais – Logos Engenharia; IESCL Inova Engenharia; AC Engenharia e Sistemas; Prodec Consultoria; SUB SEA7 do Brasil; e Consulpri Consultoria.

Agrega-se ao quadro das grandes empresas, também, Promon Engenharia; PCE Projetos e Consultoria de Engenharia; Engevix Engenharia. Estas últimas, infelizmente, campeãs em subcontratação irregular de profissionais.

Deu na Imprensa

Sétima Licitação de petróleo e gás natural – O Brasil é o maior prejudicado com o novo leilão.

Heitor Pereira, presidente da Associação dos Engenheiros da PETROBRÁS (Aepet), 80 anos, engenheiro civil e metalúrgico, com especialização em engenharia do petróleo. Profissional da PETROBRÁS desde a sua fundação, só se afastando durante o golpe militar de 1964, quando foi preso e perseguido. Reintegrou-se aos quadros técnicos da empresa em 1985 com a anistia. Em entrevista concedida ao jornal Brasil de Fato (19/10/2005) afirmou o seguinte.

Brasil de Fato – Quais os prós e os contras do leilão que tem o nome de 7ª Licitação?

Heitor Pereira – Olha, os prós não existem. A 7ª Licitação é uma atitude de subserviência do governo atendendo às elites apodrecidas. Nunca houve um projeto de nação independente, de nação soberana. O

governo é servil ao capital financeiro internacional. Aqui no Brasil, subserviente à oligarquia anglo-saxônica desde os tempos da colônia, na área do petróleo, as maiores empresas são anglo-saxônicas. E o governo se submete aos interesses dessas oligarquias hoje centradas nos Estados Unidos. Fernando Henrique Cardoso liquidou o monopólio estatal com uma tal Lei do Petróleo, que permite às concessionárias que o descobrirem fazer dele o que quiserem. Em função dessa lei, o governo resolveu leiloar as bacias sedimentares, já pesquisadas pela PETROBRÁS, e agora oferecidas às companhias estrangeiras. FHC começou com isso e fez quatro leilões. Lula chegou ao poder, com a promessa de que não os faria. Fez o quinto, o sexto, está fazendo o sétimo. E já disse que entregará tudo.

Brasil de Fato – O presidente Lula disse isso?

Heitor Pereira – Disse. Mais de uma vez. A PETROBRÁS descobriu onde tem petróleo e que venham buscar. Esse é o governo Lula e a sua política petrolífera. Uma traição aos interesses nacionais. Em cinco ou seis anos, chegaremos ao pico da produção no mundo e o petróleo não é renovável. O leilão, ou seja, a 7ª Licitação foi antecipada para 17 a 20 de outubro. Nós resistimos e vamos continuar a resistir porque o nosso objetivo é acabar com essa Lei do Petróleo e voltar ao monopólio estatal como única solução que interessa à nação brasileira.

Brasil de Fato – E como fica a Agência Nacional do Petróleo?

Heitor Pereira – FHC, em conformidade com os ditames do Consenso de Washington e do FMI, defendendo os interesses

das multinacionais, criou essas “agências regulamentadoras – ANP, ANEEL etc”. A quebra do monopólio proporcionou o seguinte quadro – o governo detinha 80% das ações da PETROBRÁS, entre preferenciais e ordinárias, isto fazia com o lucro da empresa ficasse no Brasil; hoje, ocorre o contrário, grande parte das ações da PETROBRÁS (mais de 40%) encontra-se no mercado internacional, para onde se destina boa parte do lucro da empresa – é imperioso que revertamos este quadro. Por outro lado, Haroldo Lima (dirigente do PC do B, atual gestor da ANP), com a defesa das licitações demonstra ter sido cooptado pelos interesses das transnacionais do petróleo.

O povo paga a conta do tal superávit fiscal

O governo Lula solta foguetes, transformando em palanque sucessório os resultados da política econômica. Uma política fiscal restritiva, combinada com sucessivos recordes de arrecadação de tributos, uma taxa de juros abusiva que asfixia a população, o pequeno e médio empresário, impondo recessão e desemprego. Tal pirotecnia deve-se ao fato de, ainda no mês de setembro, ter superado as metas impostas pelo FMI e instituições financeiras internacionais, de 4,25% para 6,1% do Produto Interno Bruto (PIB) para 2005.

O governo omite claramente que, para conseguir tal meta, promoveu, como seu antecessor, uma bruta restrição na execução do Orçamento Público da União aprovado pelo Congresso Nacional. Os números são assustadores. Há casos em que o curto prazo para o término do exercício não permitirá que sejam realizados sequer 30% dos investimentos previstos. É o caso do Saneamento Básico (somente 6% da dotação prevista foi executada); da Educação (somente 21% do previsto executado); da Segurança Pública (somente 19% do



previsto foi executado); da Saúde (somente 23% do previsto foi executado) etc.

E o que o povo ganha? Cidades cada vez mais degradadas. Insegurança aumentando diuturnamente (crimes, assaltos, estupros, seqüestros, drogas etc.). Ensino (universidades, escolas) total ou praticamente desassistidos. Serviços hospitalares precários, com graves sin-

tomas de abandono. E, o que é pior: nos últimos 60 anos, a distribuição de renda e riqueza no Brasil é incrivelmente a mesma, oscilando para pior em alguns períodos. Por outro lado, assistimos ao festival promovido pelo capital financeiro com seus constantes e crescentes lucros acima de 2000% (dois mil por cento) ao ano.

Se compararmos o índice de desen-

volvimento econômico do Brasil em relação à economia mundial, no período compreendido entre 2003 e 2006, segundo o professor de economia internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Reinaldo Gonçalves, ficará em negativo 1,4 ponto percentual ao ano – o índice considera a diferença entre o crescimento brasileiro e o verificado na média mundial. Quando o número é positivo, isto é, o Brasil cresceu mais que a média mundial, representa desenvolvimento. Quando é negativo, é sinal de subdesenvolvimento.

Na opinião do professor da UFRJ, numa lista considerando o governo de 25 presidentes da República desde 1901, a economia no governo Lula terá o 3º pior resultado em relação à média global, superando apenas os períodos de João Goulart (fase crítica da crise institucional, com menos 1,5 ponto percentual) e Fernando Collor de Mello (com menos 3,5 pontos percentuais).

Parabéns, governo Lula, por sua política econômica! Vibre, sorria hiena!

Gilberto Alcântara
– Diretor do SINTCON-RJ

Plantão do Jurídico SINTCON-RJ

Advogado Celso Gomes
Terça-feira e Quinta-feira
das 14:00 às 16:00 horas

Advogado Ricardo William
Segunda-feira e Quarta-feira
das 14:00 às 16:00 horas

Informações sobre processos:

- 1) Ajuizados até DEZ/94
- 2) Ajuizados entre JAN/95 e DEZ/99

3) Ajuizados a partir de JAN/2000

De segunda a quinta-feira,
das 14 às 16 horas.
Tel.: (0xx21) 2240-6328 e 2220-7914
Fax (0xx21) 2262-5587

4) Ajuizados em Volta Redonda

De segunda a sexta-feira,
das 8 às 12 horas

(Após a solicitação, aguardar pequeno

prazo para
as informações).

Tel.: (0xx24) 2342-1609

Horário de Homologações:

Rio de Janeiro:
De segunda a sexta-feira,
de 13:30 às 15:30
(marcar horário por telefone)

Volta Redonda:
De segunda a sexta-feira,
de 08:00 às 10:30
(marcar horário por telefone)



Sindicato dos Trabalhadores em Consultoria de Engenharia e Projetos no Estado do Rio de Janeiro - SINTCON - RJ

- Sede: Rua Álvaro Alvim, 37 - sala 505

- Centro - Rio de Janeiro - RJ CEP: 20031-010.

e-mail: sintcon@brfree.com.br

Sub-sede: Largo nove de abril, nº 26 - sala 701 - Vila Santa Cecília

- Volta Redonda - Rio de Janeiro - CEP: 27.260-830.